

**COMISSÃO DE TURISMO
REQUERIMENTO****Nº _____ DE 2021
(Do Sr. Felipe Carreras)**

Requer a realização de audiência pública com objetivo de debater os vetos apostos ao texto da Lei nº 14.148/2021, que “Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991”

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos Artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com objetivo de debater os vetos apostos, conforme MSC nº 186, de 3 de maio de 2021, ao texto da Lei nº 14.148/2021, que “Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991”.

Solicitamos que sejam convidados para a referida audiência:

- Associação brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE;
- Grupo representante da cadeia do turismo – G20+;
- Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC;
- Fundação Getúlio Vargas – FGV;
- Ministro do Turismo;
- Ministro da Economia;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Carreras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218271568300>



Justificação

O Congresso foi sensível a crise oriunda da pandemia do COVID-19 em especial ao setor mais afetado pelas medidas de isolamento social impostas. Desta forma aprovaram o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), porém a Presidência da República avaliou a necessidade de alguns vetos.

Entendemos um grande avanço a sanção da Lei 14.148/2021, porém necessitamos aprofundar nos pontos que foram vetados para instruir o parlamento sobre como se posicionar face a votação dos vetos.

Para compreender de forma holística os impactos da Lei e de seus vetos entendemos ser imperioso ouvir representantes dos setores envolvidos, acadêmicos e, naturalmente, os órgãos governamentais que recomendaram os vetos.

Ante o exposto conto com o apoio dos nobres pares para a realização da audiência em tela.

Sala das Comissões, em de maio de 2021.

Deputado FELIPE CARRERAS

